

Sumário

Prefácio	
Marçal Justen Filho	9
Apresentação.....	13
<i>Capítulo 1</i>	
Considerações preliminares	19
1.1 Breve enquadramento político-administrativo	19
1.2 Estrutura federativa e forma de governo presidencialista.....	20
1.3 A estrutura administrativa no Direito Público brasileiro: em especial a figura das autarquias.....	22
1.4 Poder Legislativo: leis e medidas provisórias	24
1.5 Ausência de previsão constitucional expressa quanto a regulamentos independentes e autoridades independentes	27
<i>Capítulo 2</i>	
Quadro jurídico das agências reguladoras	31
2.1 Breve histórico das agências brasileiras	31
2.2 As agências federais, estaduais, municipais e distritais.....	43
2.3 Modos de criação: lei e medida provisória.....	47
2.4 Agências especializadas e agências multissetoriais.....	50
2.5 Atribuições.....	53
2.5.1 Acesso à atividade	54
2.5.2 Produção normativa	56
2.5.3 Implementação e supervisão administrativa	59
2.5.4 Competência para dirimir conflitos	64
2.5.5 Competência sancionatória.....	66
2.5.6 Outras atribuições	70
2.6 Regime jurídico das agências	74
2.6.1 Ausência de lei-quadro, regimes singulares.....	74
2.6.2 Natureza jurídica: autarquia especial.....	78
2.6.3 Independência orgânica	82
2.6.4 Independência funcional	94
2.6.5 Regime de gestão administrativa e financeira.....	95
2.6.6 Procedimento regulatório	101
2.6.7 Formas de controle — quem fiscaliza o fiscal?	104

Capítulo 3

As principais agências reguladoras	113
3.1 Agências Federais	113
3.2 Agências Estaduais e do Distrito Federal.....	125
3.3 Agências Municipais.....	128
3.4 Ente regulador da concorrência	130

Capítulo 4

Considerações finais.....	135
4.1 Proliferação e necessidade de uma lei-geral	135
4.2 Viabilidade do modelo	138
4.3 Necessidade de maior controle (<i>accountability</i>) e maior participação popular	145

Referências	147
-------------------	-----

ANEXO – Tabelas comparativas entre as agências reguladoras federais.....	155
--	-----

Índice	165
--------------	-----